



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
AUDITORIA INTERNA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

EXERCÍCIO 2022





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA



JULHO
2023

Gestão 2021-2023

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Vice-presidente

Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Corregedor Geral da Justiça

Gestão 2023-2025

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Vice-presidente

Desa. Maria Edna Martins
Corregedora Geral da Justiça

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL DO PJCE.....	5
2.1 Orçamento.....	5
2.2 Fontes de Recursos.....	6
2.3 Patrimônio.....	7
2.4 TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	8
2.4.1 Demonstrativos Contábeis.....	9
A) Balanço Orçamentário.....	9
B) Balanço Financeiro.....	10
C) Balanço Patrimonial.....	12
D) Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	15
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
2.4.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	18
2.4.3 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA.....	22
2.4.5 PROCESSOS LICITATÓRIOS.....	27
3. FUNDOS ESPECIAIS DE NATUREZA CONTÁBIL.....	29
3.1 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – FERMOJU.....	29
3.1.1 Das Fontes de Recursos.....	30
3.1.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	30
A) Balanço Orçamentário.....	30
B) Balanço Financeiro.....	32
C) Balanço Patrimonial.....	34
D) Demonstração das Variações Patrimoniais.....	35
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	37
3.2 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG.....	39
3.2.1 Das Fontes de Recursos.....	39
3.2.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	40
A) Balanço Orçamentário.....	40
B) Balanço Financeiro.....	41

C) Balanço Patrimonial.....	43
D) Demonstração das Variações Patrimoniais.....	44
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	46
3.3 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – FECDOJ.....	47
3.3.1 Das Fontes de Recursos.....	47
3.3.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	48
A) Balanço Orçamentário.....	48
B) Balanço Financeiro.....	49
C) Balanço Patrimonial.....	50
D) Demonstração das Variações Patrimoniais.....	52
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O **Poder Judiciário do Estado do Ceará** tem a missão de “Garantir direitos para realizar Justiça” ao tempo em que sua visão institucional é “Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades”. Nesse contexto, todas as ações são conduzidas, na primeira e segunda instâncias, no intuito maior de levar o Judiciário a cumprir seus altos desígnios, fazendo-o processualmente célere, tecnicamente efetivo, socialmente eficaz e politicamente independente.

O **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE** é o órgão do Poder Judiciário com jurisdição em todo o território cearense para decidir, via de regra, em segunda instância, as questões relativas à Justiça Comum Estadual, cujas competências estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará). Outrossim, integram a estrutura do Poder Judiciário cearense os Fundos de natureza contábil com destinações específicas, legalmente instituídos e, por conseguinte, também são obrigados a prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

O **Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU**, foi criado pela Lei nº 11.891/1991 (alterada pelas Leis nº 13.452/2004 e nº 14.338/2009) com o objetivo de promover a modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, através do recolhimento de taxas, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático ao Poder Judiciário cearense.

O **Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG** foi estabelecido com o propósito de dar suporte financeiro à implantação do Plano de Segurança e Assistência aos Juízes colocados em situação de risco em razão de sua atividade jurisdicional. Sua criação foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução nº 104/2010, e sua instituição no âmbito do Estado do Ceará, deu-se através da promulgação

da Lei nº 15.145/2012.

O **Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ** foi instituído pela Lei nº 16.273/2017 e regulamentado pela Portaria nº 1.208/2017, cuja finalidade exclusiva é o pagamento das despesas com diligências dos Oficiais de Justiça, de caráter indenizatório e sem inserção aos proventos de aposentadoria.

Em obediência ao art. 10, inciso V, da Lei nº 16.208/2017, cumpre à Auditoria Interna emitir certificado de auditoria, atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

A Lei nº 12.509/1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará), estabelece, em seu art. 8º, § 6º, alterado pela Lei nº 13.983/2007, que os processos de tomada ou prestação de contas, bem como os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL DO PJCE

2.1 Orçamento

O orçamento do Poder Judiciário cearense engloba o somatório dos orçamentos das unidades orçamentárias Tribunal de Justiça, Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) e Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça (Fecdoj).

Tabela 01 - Orçamento do Poder Judiciário

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PAGO	% EMP	% PAGO
04000000	TJCE	1.484.666.493,00	1.456.278.699,87	1.432.564.157,15	98,09	96,49
31	Pessoal e encargos sociais	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	1.204.707.198,02	98,88	97,36
33	Outras despesas correntes	219.360.597,00	207.266.694,80	202.744.033,06	94,49	92,43
44	Investimentos	27.976.715,00	25.487.699,42	25.112.926,07	91,10	89,76
04200001	FERMOJU	198.385.060,34	186.138.821,53	156.731.935,67	93,83	79,00
33	Outras despesas correntes	163.761.623,69	155.325.113,89	142.708.848,21	94,85	87,14
44	Investimentos	34.623.436,65	30.813.707,64	14.023.087,46	89,00	40,50
04200003	FUNSEG	3.916.006,00	2.103.179,75	1.558.139,12	53,71	39,79
33	Outras despesas correntes	690.396,00	551.061,97	482.426,35	79,82	69,88
44	Investimentos	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
04200004	FECDOJ	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
31	Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Outras despesas correntes	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
TOTAL		1.703.101.502,34	1.659.027.776,84	1.605.361.307,63	97,41	94,26

Fonte: SIOF

2.2 Fontes de Recursos

O Tribunal de Justiça, o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual, provenientes das transferências financeiras intragovernamentais, tem como fontes recursos ordinários, cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – F.P.E. e recursos provenientes de operação de crédito externa realizada entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o objetivo de contribuir ao financiamento e execução do Promojud – Programa de Modernização do Judiciário cearense. Outrossim, os recursos dos fundos de natureza contábil constituintes do PJCE são resultantes, sobretudo, da arrecadação das taxas judiciárias, receitas de custas judiciais dos cartórios do foro judicial, dos emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos, cujos montantes foram evidenciados na Tabela 02.

Tabela 02 - Fontes de Recursos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PAGO	% EMP.	% PAGO
04000000	TJCE	1.484.666.493,00	1.456.278.699,87	1.432.564.157,15	98,09	96,49
1.00.00	Recursos ordinários	647.208.439,00	639.945.846,51	630.366.816,93	98,88	97,40
1.01.00	Cota-parte do fundo de participação dos estados	723.777.733,00	718.965.953,41	718.548.216,49	99,34	99,28
2.48.59	Operações de crédito externas - tesouro/bid	41.652.716,00	28.969.033,32	28.016.992,44	69,55	67,26
3.00.00	Recursos ordinários	72.027.605,00	68.397.866,63	55.632.131,29	94,96	77,24
04200001	FERMOJU	198.385.060,34	186.138.821,53	156.731.935,67	93,83	79,00
2.29.00	Recursos arrecadados da venda de selos de autenticidade	32.966.931,00	32.563.940,93	32.514.785,90	98,78	98,63
2.70.00	Recursos diretamente arrecadados	136.125.373,00	130.655.624,71	112.636.915,93	95,98	82,74
6.29.00	Recursos arrecadados da venda de selos de autenticidade	5.074.000,00	4.547.606,33	4.344.333,23	89,63	85,62
6.70.00	Recursos diretamente arrecadados	24.218.756,34	18.371.649,56	7.235.900,61	75,86	29,88
04200003	FUNSEG	3.916.006,00	2.103.179,75	1.558.139,12	53,71	39,79
2.70.00	Recursos diretamente arrecadados	3.551.006,00	1.744.959,61	1.397.009,00	49,14	39,34
6.70.00	Recursos diretamente arrecadados	365.000,00	358.220,14	161.130,12	98,14	44,15
04200004	FECDJ	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
1.00.00	Recursos ordinários	12.233.545,00	10.723.645,91	10.723.645,91	87,66	87,66
2.70.00	Recursos diretamente arrecadados	3.759.265,00	3.757.639,05	3.757.639,05	99,96	99,96
6.70.00	Recursos diretamente arrecadados	141.133,00	25.790,73	25.790,73	18,27	18,27
TOTAL		1.703.101.502,34	1.659.027.776,84	1.605.361.307,63	97,41	94,26

Fonte: SIOF

2.3 Patrimônio

Os recursos patrimoniais que compõem o patrimônio do Poder Judiciário cearense é contabilmente registrado na unidade gestora Tribunal de Justiça, não podendo os Fundos, segunda as Leis nº 14.605/10 e 15.145/12, manterem em seus registros contábeis tais valores. Portanto, todos os bens adquiridos com recursos dos Fundos deverão ser incorporados ao Patrimônio do TJCE.

Tabela 03 – Patrimônio do Poder Judiciário cearense

ATIVO	2022	ANÁLISE VERTICAL	2021	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 694.861.901,52	62%	R\$ 693.888.226,77	0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 686.978.845,29	61%	R\$ 691.741.544,84	-1%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 7.185.891,05	1%	R\$ 927.288,80	675%
Estoques	R\$ 697.165,18	0%	R\$ 1.104.481,08	-37%
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 0,00	0%	R\$ 114.912,05	-100%
Total do Ativo Circulante	R\$ 694.861.901,52	62%	R\$ 693.888.226,77	0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 426.418.119,22	38%	R\$ 395.888.460,19	8%
Imobilizado	R\$ 390.060.529,64	35%	R\$ 359.530.870,61	8%
Intangível	R\$ 36.357.589,58	3%	R\$ 36.357.589,58	0%
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 426.418.119,22	38%	R\$ 395.888.460,19	8%
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.121.280.020,74	100,00%	R\$ 1.089.776.686,96	3%
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ANÁLISE HORIZONTAL
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 437.314.042,62	39%	R\$ 522.051.867,71	-16%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais A Pagar a Curto Prazo	R\$ 18.487.532,98	2%	R\$ 31.683,22	58251%
Fornecedores e Contas a Pagar A Curto Prazo	R\$ 814.271,85	0%	R\$ 423.048,25	92%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 28,25	0%	R\$ 0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 418.012.209,54	37%	R\$ 521.597.136,24	-20%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 683.965.978,12	61%	R\$ 567.724.819,25	20%
Resultados Acumulados	R\$ 683.965.978,12	61%	R\$ 567.724.819,25	20%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.121.280.020,74	100%	R\$ 1.089.776.686,96	3%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

2.4 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Poder Judiciário o papel da concretização do Estado Democrático de Direito, cuja principal finalidade reside na proteção da ordem

constitucional e dos direitos fundamentais, intentando alcançar uma sociedade livre, justa e solidária. Dessa forma, a prestação jurisdicional, sua função típica, consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis.

2.4.1 Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

Em razão da natureza do órgão e considerando a procedência dos recursos por transferências intragovernamentais, a contabilização da receita compete à SEFAZ, na qualidade de órgão arrecadador. O recurso repassado ao TJCE pelo órgão fazendário ocorre quando da execução orçamentária de acordo com as ordens de pagamento geradas.

Destarte, averiguou-se um elevado índice de execução orçamentária, ao tempo em que repercutiu na concentração dos gastos com pessoal e encargos sociais. Ademais, o resultado orçamentário apresentou-se deficitário, não representando, portanto, irregularidade.

Os restos a pagar apurados com base no Balanço Orçamentário equivalem aos valores inscritos no Balanço Financeiro, os quais constituirão em disponibilidade financeira na Conta Única de titularidade da SEFAZ, oportunamente liberados consoante a programação financeira e cronograma mensal de desembolso do exercício seguinte.

Tabela 04 - Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – TJCE			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 17.860/21)			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	1.396.318.546,00	1.484.666.493,00	1.456.278.699,87	1.451.777.737,33	1.432.564.157,15
Despesas Correntes	1.368.542.943,00	1.456.689.778,00	1.430.791.000,45	1.426.664.811,26	1.407.451.231,08
Pessoal e Encargos Sociais (h)	1.199.000.000,00	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	1.223.524.305,65	1.204.707.198,02
Outras Despesas Correntes (i)	169.542.943,00	219.360.597,00	207.266.694,80	203.140.505,61	202.744.033,06
Despesas de Capital	27.775.603,00	27.976.715,00	25.487.699,42	25.112.926,07	25.112.926,07
Investimentos (j)	27.775.603,00	27.976.715,00	25.487.699,42	25.112.926,07	25.112.926,07
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k) 88.347.947,00	Déficit/Superávit Déficit	Valor (l) -1.456.278.699,87	Valor (m) 4.500.962,54	Valor (n) 19.213.580,18
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	6,33%	Despesas Direta com Custeio (i/e)	14,23%		
Resultado Orçamentário (b/e)	0,00%	Despesas Direta com Investimento (j/e)	1,75%		
Execução da Receita (b/a)	0,00%	Despesas Pagas (g/e)	98,37%		
Execução da Despesa (e/d)	98,09%	Restos a Pagar Não Processados (m/e)	0,31%		
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	84,02%	Restos a Pagar Processados (n/e)	1,32%		

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

De acordo com o quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, pôde-se depreender que o total de ingressos foram inferiores em -4,01% do total dos dispêndios.

Ademais, o total da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, condiz com a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registrados no Balanço Patrimonial.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de “Caixa e Equivalentes de Caixa” do exercício de referência, comparativamente a “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa”, que reproduz a soma dos Fluxos de Caixa Líquido

das Atividades Operacionais e de Investimento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentam equivalência.

Ressalte-se que a disponibilidade financeira apresentou-se suficiente para atender às despesas inscritas em Restos a Pagar, cujo montante foi de R\$ 23.714.542,72, proveniente da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 415.695.796,43.

Tabela 05 - Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – TJCE				
INGRESSOS FINACEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021	ANÁLISE HORIZONTAL	
Receita Orçamentária (I)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%
Ordinária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%
Vinculada	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	R\$ 1.435.446.993,18	R\$ 1.276.347.118,24	R\$ 159.099.874,94	12,47%
Para a Execução Orçamentária	R\$ 1.435.446.993,18	R\$ 1.242.197.557,22	R\$ 193.249.435,96	15,56%
Independentes de Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 34.149.561,02	-R\$ 34.149.561,02	-100,00%
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	R\$ 1.087.801.644,08	R\$ 1.391.094.965,22	-R\$ 303.293.321,14	-21,80%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 4.500.962,54	R\$ 1.862.916,84	R\$ 2.638.045,70	141,61%
Restos a Pagar Processados	R\$ 19.213.580,18	R\$ 32.267,29	R\$ 19.181.312,89	59445,07%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.064.087.101,36	R\$ 1.389.199.781,09	-R\$ 325.112.679,73	-23,40%
Saldo do Exercício Anterior (IV)	R\$ 521.413.118,07	R\$ 533.421.818,61	-R\$ 12.008.700,54	-2,25%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 521.393.025,74	R\$ 533.380.148,61	-R\$ 11.987.122,87	-2,25%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 20.092,33	R\$ 41.670,00	-R\$ 21.577,67	-51,78%
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	R\$ 3.044.661.755,33	R\$ 3.200.863.902,07	-R\$ 156.202.146,74	-4,88%

DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021	ANÁLISE HORIZONTAL	
Despesas Orçamentárias (VI)	R\$ 1.456.278.699,87	R\$ 1.244.172.500,62	R\$ 212.106.199,25	17,05%
Ordinária	R\$ 1.427.309.666,55	R\$ 1.244.172.500,62	R\$ 183.137.165,93	14,72%
Vinculada	R\$ 28.969.033,32	R\$ 0,00	R\$ 28.969.033,32	-%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	R\$ 30.748,19	R\$ 0,00	R\$ 30.748,19	-%
Para a Execução Orçamentária	R\$ 30.748,19	R\$ 0,00	R\$ 30.748,19	-%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	R\$ 1.172.343.995,86	R\$ 1.435.278.283,38	-R\$ 262.934.287,52	-18,32%
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 2.396.745,53	R\$ 4.895.020,73	-R\$ 2.498.275,20	-51,04%
Restos a Pagar Processados	R\$ 110.826,56	R\$ 15.656.920,01	-R\$ 15.546.093,45	-99,29%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.169.836.423,77	R\$ 1.414.726.342,64	-R\$ 244.889.918,87	-17,31%
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	R\$ 416.008.311,41	R\$ 521.413.118,07	-R\$ 105.404.806,66	-20,22%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 415.695.796,43	R\$ 521.393.025,74	-R\$ 105.697.229,31	-20,27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 312.514,98	R\$ 20.092,33	R\$ 292.422,65	1455,39%
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	R\$ 3.044.661.755,33	R\$ 3.200.863.902,07	-R\$ 156.202.146,74	-4,88%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício apresentou-se deficitário, decorrente da diminuição entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro.

O ativo não circulante de 2022 formou-se pelo somatório do intangível e o imobilizado subdividido em bens móveis e imóveis, conforme valores totais exposto na tabela 06, abrangendo as unidades do Tribunal de Justiça e Fundos do Poder Judiciário cearense.

O resultado patrimonial computado no exercício de 2022 foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais. O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício (R\$ 19.637.927,13) mais Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (R\$ 395.781.098,97) e Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -7.270.958,35).

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, para cada R\$ 1,00 de obrigação o TJCE dispôs de R\$ 1,94 para sua quitação. O de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, 51,59% do ativo estavam comprometidos com as obrigações assumidas. E, para o de composição do endividamento, cujo percentual indica a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, 100% eram de curto prazo, ou seja, exigíveis em até 12 meses.

Tabela 06 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL - TJCE				
ATIVO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Ativo Circulante	416.611.866,59	49,42%	521.413.118,07	-20,10%
Caixa e Equivalente de Caixa	415.695.796,43	49,31%	521.393.025,74	-20,27%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	312.514,98	0,04%	20.092,33	1.455,39%
Estoque	603.555,18	0,07%	0,00	-%
Ativo Não Circulante	426.418.119,22	50,58%	395.888.460,19	7,71%
Imobilizado (1)	390.060.529,64	46,27%	359.530.870,61	8,49%
Intangível	36.357.589,58	4,31%	36.357.589,58	0,00%
Total do Ativo	843.029.985,81	100,00%	917.301.578,26	-8,10%
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Passivo Circulante	434.881.918,06	51,59%	521.520.479,29	-16,61%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	18.345.204,12	2,18%	31.604,42	57.946,32%
Demais Obrigações a Curto Prazo	416.536.713,94	49,41%	521.488.874,87	-20,13%
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Passivo	434.881.918,06	51,59%	521.520.479,29	-16,61%
Patrimônio Líquido (PL)	408.148.067,75	48,41%	395.781.098,97	3,12%
Total Passivo + PL	843.029.985,81	100,00%	917.301.578,26	-8,10%

BALANÇO PATRIMONIAL – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informações complementares:

1. Composição da conta Imobilizado 2022	390.060.529,64
Bens Móveis	191.004.583,07
Bens Imóveis	200.296.449,15
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-1.240.502,58
2. Resultado Financeiro 2022	-23.594.344,13
Ativo Financeiro	416.008.311,41
Passivo Financeiro	439.602.655,54
3. Atos Potenciais 2022	
Ativos	0,00
Passivos (Obrigações Contratuais)	68.093.734,57

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

Em trabalhos de auditoria interna e exames realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará em prestações de contas pretéritas, foram abordadas inconsistências na composição dos inventários dos bens móveis, imóveis e intangíveis, bem como nas adequações aos saldos contábeis.

Esclarece-se que foram iniciadas ações objetivando sanar citadas inconsistências pela Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE, através do Projeto da Gestão Patrimonial, consolidado com a abertura do processo 8513743-70.2022.8.06.0000, o qual trata da contratação de empresa para prestação de serviços especializados em auditoria de bens patrimoniais, visando a realização de atividades de inventário patrimonial em todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Ceará, saneamento de dados relativos ao acervo patrimonial e conciliação físico-contábil do patrimônio.

A referida contratação contempla, ainda, a aquisição de etiquetas com a tecnologia RFID, a qual proporcionará maior celeridade e eficiência na realização do inventário patrimonial. Portanto, celebrou-se o contrato 19/2023 com a empresa ganhadora AFIXCODE PATRIMÔNIO E AVALIAÇÕES LTDA, que se encontra em fase de elaboração de cronograma e planejamento.

Ademais, informa-se que para a regularização dos saldos dos bens imóveis está em curso o planejamento do processo, por parte da Secretaria de Administração e Infraestrutura,

para a contratação de empresa especializada em laudos de avaliação física e financeira. Tal medida, visa a condução de um minucioso trabalho de revisão contábil, garantindo a adequação e revisão dos registros patrimoniais relacionados aos bens imóveis.

D) Demonstrações das Variações Patrimoniais

Houve superávit patrimonial de R\$ 19.637.927,13, correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pelas Transferências Intragovernamentais, provenientes do Tesouro do Estado do Ceará. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nas saídas de Pessoal e Encargos, situação semelhante ao exercício anterior;

O Resultado Patrimonial por Período apresentou um decréscimo de 64,36% em relação à 2021, impulsionado pela elevação das Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, especificamente àquelas VPD's decorrentes de indenizações e restituições e desincorporação de despesas incorporadas indevidamente em investimentos de capital a incorporar, cujo saldo foi discriminado nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

O expressivo percentual de acréscimo referente ao uso de material de consumo deve-se ao fato de que todo o material de consumo do Poder Judiciário cearense, inclusive àqueles adquiridos com recursos do Fermoju, são incorporados ao patrimônio do TJCE, modificando, assim, o procedimento anteriormente realizado, cuja toda aquisição de material de consumo era registrada no patrimônio do Fermoju. A mudança ocorreu em decorrência de recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará em análises de prestações de contas anteriores, onde esclareceu que o impedimento legal sobre permanência de bens no patrimônio dos Fundos de natureza contábil do PJCE estende-se aos bens de consumo.

Tabela 07 - Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – TJCE				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.462.316.811,52	100,00%	1.290.516.210,73	13,31%
Transferências Intragovernamentais	1.462.316.811,52	100,00%	1.290.516.210,73	13,31%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.462.316.811,52	100,00%	1.290.516.210,73	13,31%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	1.294.028.330,27	89,70%	1.164.976.534,14	11,08%
Remuneração a Pessoal	988.623.777,24	68,53%	897.634.203,22	10,14%
Encargos Patronais	224.343.669,88	15,55%	203.760.852,61	10,10%
Benefícios a Pessoal	80.111.312,74	5,55%	62.005.808,77	29,20%
Outras Variações – Pessoal e Encargos	949.570,41	0,07%	1.575.669,54	-39,74%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	39.911.587,53	2,77%	15.035.203,15	165,45%
Pensões	4.127.686,10	0,29%	4.475.723,77	-7,78%
Políticas Públicas de Transferência de Renda	35.270.434,14	2,44%	0,00	-%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	513.467,29	0,04%	10.559.479,38	-95,14%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	42.917.281,96	2,97%	35.233.102,45	21,81%
Uso de Material de Consumo	954.002,27	0,07%	26.301,51	3.527,18%
Utilização de Serviços	40.722.777,11	2,82%	35.206.800,94	15,67%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.240.502,58	0,09%	0,00	-%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	13,01	0,00%	0,00	-%
Juros e Encargos de Mora	13,01	0,00%	0,00	-%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	39.325,27	0,00%	0,00	-%
Transferências Intragovernamentais	39.325,27	0,00%	0,00	-%
TRIBUTÁRIAS	651.504,69	0,05%	377.750,21	72,47%
Contribuições	651.504,69	0,05%	377.750,21	72,47%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	65.130.841,66	4,51%	19.786.164,08	229,17%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	65.130.841,66	4,51%	19.786.164,08	229,17%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.442.678.884,39	100,00%	1.235.408.754,03	16,78%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.637.927,13	1,36%	55.107.456,70	-64,36%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida negativa maior em comparação ao ano de 2021, alavancada pelos resultados negativos dos fluxos de caixa das

atividades operacionais e de investimentos, que, também, apresentaram-se maiores comparativamente ao ano anterior.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação negativa de R\$ -105.404.806,66.

Tabela 08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – TJCE			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL (EVOLUÇÃO)
FLUXO E CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)			
Ingressos	R\$ 2.499.534.094,54	R\$ 2.665.546.899,33	-6,23%
Transferências recebidas	R\$ 1.435.446.993,18	R\$ 1.276.347.118,24	12,47%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	R\$ 1.064.087.101,36	R\$ 1.389.199.781,09	-23,40%
Desembolsos	R\$ 2.578.825.004,00	R\$ 2.673.230.917,72	-3,53%
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 1.408.957.832,04	R\$ 1.258.526.152,75	11,95%
Transferências concedidas	R\$ 30.748,19	R\$ 0,00	-%
Outros desembolsos operacionais	<u>R\$ 1.169.836.423,77</u>	<u>R\$ 1.414.704.764,97</u>	-17,31%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	-R\$ 79.290.909,46	-R\$ 7.684.018,39	931,89%
FLUXO E CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Ingressos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%
Desembolsos	R\$ 26.113.897,20	R\$ 4.303.104,48	506,86%
Aquisição de Ativo Não Circulante	R\$ 6.624.331,79	R\$ 1.763.689,84	275,60%
Outros desembolsos de investimentos	<u>R\$ 19.489.565,41</u>	<u>R\$ 2.539.414,64</u>	667,48%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-R\$ 26.113.897,20	-R\$ 4.303.104,48	506,86%
FLUXO E CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%
Desembolsos	<u>R\$ 0,00</u>	<u>R\$ 0,00</u>	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-%

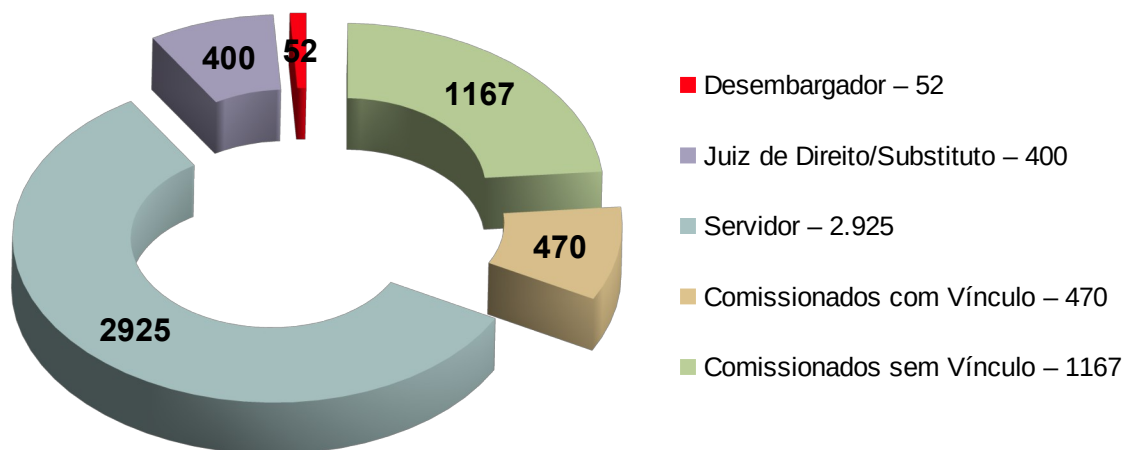
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-R\$ 105.404.806,66	-R\$ 11.987.122,87	779,32%
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R\$ 521.393.025,74	R\$ 533.380.148,61	-2,25%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	R\$ 415.695.796,43	R\$ 521.393.025,74	-20,27%
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	-R\$ 105.697.229,31	-R\$ 11.987.122,87	781,76%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	R\$ 292.422,65	R\$ 0,00	-%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	R\$ 25.687.193,80	R\$ 0,00	-%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	R\$ 25.394.771,15	R\$ 0,00	-%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	-R\$ 105.404.806,66	-R\$ 11.987.122,87	779,32%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

2.4.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Gráfico 01 enumera o quantitativo de magistrados, servidores efetivos, comissionados com e sem vínculo referente ao exercício de 2022.

Gráfico 01 – Quadro de Ativos - 2022



Fonte: Portal da Transparência do TJCE.

Consoante a Tabela 09, observa-se um aumento de 10,10%, correspondendo a R\$ 112.280.567,13 da soma das despesas de pessoal empenhadas comparativamente ao exercício anterior.

Tabela 09 – Despesas de Pessoal

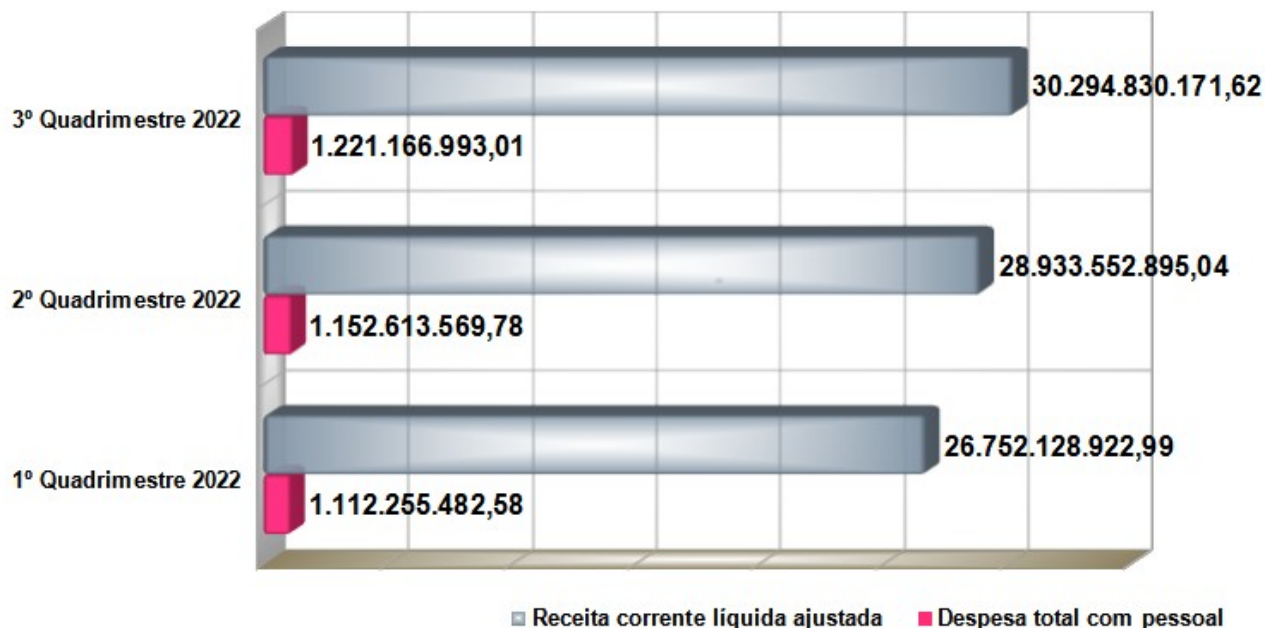
DESPESA DE PESSOAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
Mês/Ano	2021	2022
JAN	85.317.169,17	86.549.827,07
FEV	85.125.288,37	94.247.189,26
MAR	85.628.805,00	92.074.280,89
ABR	85.245.585,75	91.771.275,36
MAI	84.935.753,56	97.145.945,83
JUN	119.794.510,00	132.347.626,13
JUL	84.786.734,81	91.741.545,78
AGO	84.668.025,98	93.988.037,58
SET	84.664.770,13	93.253.884,86
OUT	85.553.590,16	94.710.221,78
NOV	86.501.906,90	94.551.500,46
DEZ	139.021.598,69	161.142.970,65
TOTAL	1.111.243.738,52	1.223.524.305,65

Fonte: SIOF.

Os índices de despesas de pessoal para fins do cumprimento do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que indicam a representação da despesa líquida com pessoal liquidada deste Poder comparada à receita corrente líquida ajustada do Estado, foram de **4,16%**, **3,98%** e **4,03%** no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres de 2022, respectivamente. Portanto, manteve-se abaixo do limite de alerta estabelecido para o Judiciário, qual seja 5,40%.

As despesas e receitas vinculadas ao cômputo do limite legal por quadrimestre do exercício em análise foram arroladas no Gráfico 02,

Gráfico 02 – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida – 2022



Fonte: Demonstrativos da Despesa com Pessoal

A edição da Emenda Constitucional nº 88/2016 instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito do Estado do Ceará, com duração de dez exercícios financeiros. Estabeleceu-se limites individualizados para as despesas primárias correntes, sendo, para o ano de 2022, o limite estipulado do teto de gastos para o Poder Judiciário de R\$ 1.985.288.095,00, onde foi executado 71,51% até o encerramento do sobredito exercício.

Outrossim, a gestão de recursos humanos do PJCE guarda sintonia com o Plano Estratégico do TJCE 2021-2030, aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07/2021, cuja Secretaria de Gestão de Pessoas é gestora dos indicadores 22 – percentual de servidores capacitados e 23 – índice de clima organizacional. Destarte, as principais entregas referentes a política de recursos humanos estabelecidas para o ano de 2022 foram:

1. Concurso Público

Foi realizado concurso público para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de Oficial de Justiça, Analista Judiciário – Área Judiciária e Analista Judiciário – Ciências da Computação.

2. Nomeações

Nomeação de 220 aprovados para o cargo de Técnico Judiciário no concurso regido pelo Edital nº 01/2019 de 9 de julho de 2019.

3. Capacitações

Foram realizadas 127 capacitações entre cursos e palestras, custeadas pelo Fermoju, totalizando 1025 horas/aula e 6.173 participantes.

4. Ações de Saúde

A Coordenadoria de Atenção à Saúde alcançou um total de 6.993 atendimentos presenciais e virtuais, nas especialidades de saúde, e conseguiu realizar de janeiro a dezembro, 33 ações voltadas para a saúde mental e física do servidor.

5. Homologação de Módulos no Portal do Servidor

- Disponibilização do módulo “Portal do Servidor/Magistrado” em abril de 2022;
- Módulo “Espelho Ponto Web” em agosto de 2022, para acompanhamento do ponto;
- Módulo “Atualização Cadastral” em agosto de 2022, que permite que o servidor solicite ajustes em sua ficha cadastral;
- Módulo “Consignações”, em agosto de 2022, que permite que o servidor verifique automaticamente sua margem consignável;
- Módulo “Solicitação de Adicionais”, em outubro de 2022, que permite a solicitação de Adicional de Qualificação;

- Módulo “Programação de Férias”, em novembro de 2022, que permite que o servidor realize diretamente o agendamento e a alteração de seus períodos de férias.

2.4.3 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Como integrante do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud, a Audin tem como objetivo maior contribuir de forma efetiva e diferenciada para a consecução dos objetivos institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à medida que oferece resposta à sociedade e aos gestores do TJCE, mediante avaliação de eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, por meio de relatórios de auditoria, certificação da Gestão Fiscal e da Prestação de Contas Anual da Gestão.

A Auditoria Interna tem como missão “Agregar valor aos processos de gerenciamento de riscos, aos controles internos, à integridade e à governança, visando à melhoria das operações e ao alcance dos objetivos estratégicos.”

Para tanto, as atividades que foram exercidas pela Audin compreenderam as áreas administrativas no âmbito deste Poder, inclusive considerando a gestão dos recursos atinentes aos Fundos próprios.

O Plano Anual de Auditoria 2022 (PAA 2022), aprovado pela Presidência do TJCE, previu 8 auditorias, 16 monitoramentos e 10 outras atividades.

A publicação de todos os Planos Anuais de Auditoria e de alterações, caso ocorridas, estão disponíveis no endereço eletrônico <https://tjcev2.tjce.jus.br/planos-de-auditoria/>.

Das auditorias efetuadas, comenta-se:

1. Gerir Folha, Indenizações e Frequência

A atividade objetivou averiguar a existência de pagamento a beneficiários da folha de pagamento do TJCE já falecidos, com foco no grupo de processos “Gerir folha, indenizações e frequência”, fundamentando-se na legislação referente ao tema e em informações

fornecidas pelas unidades responsáveis, bem como em dados provenientes do recadastramento realizado pela Cearaprev.

Concomitantemente, foram avaliadas as implementações pendentes de Relatórios de Auditoria anteriores.

2. Gerir Obras e Serviços de Engenharia

Foram realizadas duas avaliações envolvendo o grupo de processos “Gerir obras e serviços de engenharia”, com foco nos contratos nº 91/2019 – Construção do Fórum de Uruburetama e nº 96/2019 – Construção do Fórum de Senador Pompeu, na primeira avaliação, e contrato nº 04/2020 – Reforma e ampliação do Fórum da comarca de Crato, na segunda.

Em ambas as atividades, o objetivo foi avaliar os procedimentos relativos ao planejamento, à licitação e à execução de contratos de obras e serviços de engenharia.

3. Gerir Aquisições de Bens Permanentes e de Consumo

A atividade objetivou avaliar o alinhamento e sistematização do Planejamento Anual de Contratações (PAC) a outros instrumentos de Governança das Contratações, como o Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano Anual de Capacitação e o Planejamento Estratégico do órgão; ainda, as diretrizes consubstanciadas na elaboração dos PAC's 2022 e 2023; a execução e o acompanhamento das contratações e aquisições previstas no PAC-2022; as políticas preventivas e de tratamento de riscos do macroprocesso de contratações do Poder Judiciário Estadual.

Também foram avaliados se os Planos Anuais de Contratações asseguram a transparência do gasto público, concomitante ao planejamento orçamentário e o controle das contratações.

4. Gerir Postos de Trabalho

Auditoria com foco no macroprocesso Gerir Postos de Trabalho, teve como escopo verificar a conformidade dos atos de nomeação e exoneração de servidores comissionados (servidores efetivos investidos em cargos em comissão e puramente comissionados) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 1º e 2º graus, abrangendo o período de 2020 a junho de 2022. Além disso, analisou-se os critérios de preferência para deferimento de indicações de ocupantes de cargos de provimento em comissão, criados pela Lei Estadual nº 16.208/2017, e suas alterações; a proporcionalidade dos cargos comissionados para servidores com e sem vínculo efetivo, conforme normativos pertinentes; e as substituições dos cargos de provimento em comissão.

5. Ação coordenada CNJ

Esta atividade de auditoria, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça, ocorreu concomitantemente em todos os tribunais do país, com exceção à Justiça Eleitoral, e teve como foco a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Teve como objetivo avaliar, no âmbito do TJCE, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ nº 335/2020, por meio do exame de conformidade das medidas adotadas para atender às exigências da própria Resolução CNJ nº 335/2020 e das Portarias CNJ nº 252/2020, nº 253/2020 e nº 37/2022, além da Resolução CNJ nº 443/2022 e da Portaria CNJ nº 25/2022.

6. Gerir Vantagens e Benefícios

Após delimitação do escopo da Auditoria foi identificada a necessidade de avaliar o tema: “Férias dos servidores”. Para tanto foram estabelecidos como objetivos para executar o trabalho, a verificação das solicitações, concessões e gozos de férias de acordo com normativo interno, considerando, dentre outros pontos, os prazos, agendamentos, parcelamentos e saldos remanescentes; os pagamentos de aditivo de férias em atenção aos preceitos legais e se foi observado o impacto de gastos com pessoal com indenizações de

férias não gozadas; e, a gestão das vantagens e benefícios - férias de servidores, atentando para os riscos e controles envolvidos.

7. Gerir contabilidade e pagamentos

A Auditoria objetivou analisar a gestão das técnicas contábeis e alusivos recursos organizacionais disponíveis no Poder Judiciário, tal como dos respectivos procedimentos de pagamentos e arrecadações; os mecanismos de registros e análises de atos e fatos contábeis, além de processos administrativos de pagamentos e arrecadações das unidades gestoras do Órgão; os fluxos de processos e normativos concernentes; os riscos identificados pelas áreas e controles adotados para garantir a fidedignidade das informações e demonstrativos contábeis, igualmente para propiciar eficiência da execução orçamentária e segurança financeira do órgão; assim como, verificar pendências de auditorias anteriores relativas aos temas.

8. Gerir Sistemas

Esta atividade de auditoria teve o objetivo de avaliar o processo Gerir Sistemas, da Secretaria de Tecnologia da Informação, com foco nos subprocessos “Desenvolver Software”, “Gerenciar Demandas” e “Desativar Sistema”, por meio da verificação, por amostragem, de atividades e controles implementados, referentes aos subprocessos citados, de acordo com os processos e metodologias existentes.

Foram efetuados os seguintes monitoramentos:

- Prestação de contas de 2018 (Rel. 10/2019);
- Ação coordenada CNJ – Gestão documental (Rel. 14/2019);
- Folha de pagamento 2019 - Despesa de pessoal (Rel. 15/2019);
- Realizar gestão contábil (Rel. 02/2020);
- Gerir folha de pagamento, indenizações, vantagens e frequência (Rel. 04/2020);

- Auditoria integrada da gestão 2020 (Rel. 06/2020);
- Gerir contratação, execução e garantia de obras (Rel. 07/2020);
- Administrar quadro de pessoal (Rel.08/2020);
- Gerir infraestrutura de TIC (Rel. 09/2020);
- Teletrabalho no âmbito do TJCE (Rel. 01/2021);
- Gerir saúde ocupacional (Rel. 02/2021);
- Governança das contratações (Rel. 03/2021);
- Ação coordenada em acessibilidade digital (Rel. 05/2021);
- Prover educação corporativa (Rel. 06/2021);
- Gerenciar segurança da informação (Rel. 08/2021);

Ademais, foram concretizadas dentre outras atividades correlatas:

- Revisão do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna;
- Prestação de Contas do Exercício 2021;
- Elaboração do Relatório de Atividades 2021 (Res. 25/2020/TJCE);
- Formalização do programa de Qualidade de Auditoria – PQAud;
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria – Exercício 2022;
- Revisão do Estatuto da Auditoria Interna;
- Elaboração do Plano de Capacitação 2023;
- Execução do ciclo do processo de gestão de riscos;
- Consultoria para a unidade de Auditoria Interna – Análise da eficácia e da necessidade de melhorias no sistema de auditoria – SISAUD;

- Manualização do processo de definição do PAA.

2.4.5 PROCESSOS LICITATÓRIOS

Via de regra, considera-se a obrigatoriedade da licitação para as aquisições de bens e contratações de serviços e obras realizados pela Administração no exercício de suas funções, segundo preceitua a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso XXI.

Intentando atender às necessidades do Poder Judiciário cearense, foram realizados no decorrer do exercício de 2022, procedimentos de licitações por meio das seguintes modalidades: 20 pregões eletrônicos, 1 pregão presencial e 7 concorrências, cujos números dos processos administrativos e respectivos objetos resumidamente referenciados constam nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 – Licitações Realizadas

PREGÃO PRESENCIAL		
QNT.	PROCESSO	SÍNTESE DO OBJETO
1	8517668-74.2022.8.06.0000	Contratação de instituição bancária para gerenciamento financeiro, com exclusividade, das contas e respectivas subcontas do “regime especial” de precatórios
CONCORRÊNCIA		
QNT.	PROCESSO	SÍNTESE DO OBJETO
1	8518018-96.2021. 8.06.0000	execução do projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Marco
2	8519281.66.2021.8.06.0000	execução do projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Beberibe
3	8522765-89.2021. 8.06.0000	execução do projeto de reforma e ampliação da edificação da ESMEC
4	8507067-09.2022. 8.06.0000	execução do remanescente de obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca do Crato
5	8504404-87.2022.8.06.0000	execução do projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Jaguaribe
6	8511064-97.2022.8.06.0000	execução do projeto de reforma do Fórum da Comarca de Araripe
7	8517267-75.2022.8.06.0000	execução do projeto de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Quixadá

Fonte: Planilha COPECON, Processo Administrativo 8512532-62.2023.8.06.0000

Tabela 11 – Licitações Realizadas

PREGÃO ELETRÔNICO		
QNT.	PROCESSO	SÍNTESE DO OBJETO
1	8517776-40.2021.8.06.0000.	adequação dos guarda-corpos e corrimãos do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua
2	8516834-08.2021.8.06.0000	água mineral em vasilhames de 20 litros e ressarcimento de vasilhames em regime de comodato
3	8514955-63.2021.8.06.0000	mão de obra exclusiva de profissionais estatísticos (CBO 2112-05), bem como EPI, se necessários
4	8522050-47.2021.8.06.0000	publicação de avisos de editais de licitação e de outras matérias a serem veiculados em jornal de grande circulação local e nacional
5	8514021-08.2021.8.06.0000	clipagem de notícias, veiculadas em emissoras de rádio, televisão, jornais impressos e canais digitais (sites e blogs)
6	8517778-10.2021.8.06.0000	mão de obra exclusiva de condutor de veículo I (CBO 7823-05), condutor de veículo II (CBO 7823-05) e condutor de veículo III (CBO 7823-05), bem como EPI, quando necessários
7	8512557-12.2022.8.06.0000	assistente de apoio operacional e supervisor, no âmbito de implantação do processo judicial eletrônico
8	8521621-80.2021.8.06.0000	eventual aquisição de carimbos, garrafas térmicas, pilhas e baterias
9	8516281-58.2021.8.06.0000	serviços operação, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios, nos equipamentos que compreendem os sistemas de ar-condicionado por expansão indireta (sistema central de água gelada)
10	8519653-15.2021.8.06.0000	eventual fornecimento de refeições, lanches, refrigerantes e sucos de forma parcelada, para as sessões do Tribunal do Júri
11	8506386-73.2021.8.06.0000	eventual aquisição de condicionadores de ar tipo split e splitão, sem instalação inclusa
12	8518789-74.2021.8.06.0000	fornecimento de fibra não iluminada para redundância e link de dados para monitoramento, sendo 6 pares de fibras não iluminadas e 1 link de internet de 100mbps, pelo prazo de 30 meses
13	8511795-30.2021.8.06.0000	prestação de serviços de natureza continuada com mão de obra exclusiva para cerimonialista (CBO 3548-25), coordenador de eventos (CBO 1311-15), regente de grupo coral (CBO 2626-15) e chefe de cerimonial, bem como EPI, quando necessários
14	8504702-79.2022.8.06.0000	eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis
15	8521787-15.2021.8.06.0000	locação de equipamentos de impressão, contemplando o fornecimento de peças, suprimentos, manutenção corretiva e preventiva
16	8509396-91.2022.8.06.0000	eventual fornecimento de recargas de GLP (gás liquefeito de petróleo)
17	8508926-60.2022.8.06.0000	futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de emissão e validação de certificados digitais, sendo 1000 certificados do tipo e-cpf a1, 3500 certificados do tipo e-cpf a3, 8 certificados do tipo e-cnpj a1, 8 certificados do tipo e-cnpj a3, 3000 tokens para armazenamento dos certificados e 70 visitas para emissão e validação dos certificados na comarca de Fortaleza
18	8506533-65.2022.8.06.0000	fornecimento de flores naturais e montagem de arranjos florais de acordo com as necessidades e as características das cerimônias promovidas
19	8515569-34.2022.8.06.0000	serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do TJ-CE
20	8522387-02.2022.8.06.0000	futura aquisição e montagem de mobiliários corporativos (armários, gaveteiros, mesas, poltronas, cadeiras, estantes, dentre outros)

Fonte: Planilha COPECON, Processo Administrativo 8512532-62.2023.8.06.0000

Ademais, houve contratações através de 19 dispensas e 23 inexigibilidades de procedimentos licitatórios, com vigências ou efeitos iniciados no ano de 2022, conforme elencadas na Tabela 12.

Tabela 12 – Contratações por Dispensa e Inexigibilidade

INEXIGIBILIDADE			DISPENSA		
QNT.	CONTRATO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	QNT.	CONTRATO	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	CT Nº 49/2021	8518300-37.2021.8.06.0000	1	CT Nº 53/2021	8518294-30.2021.8.06.0000
2	CT Nº 52/2021	8513827-08.2021.8.06.0000	2	CT Nº 55/2021	8519108-42.2021.8.06.0000
3	CT Nº 54/2021	8520835-36.2021.8.06.0000	3	CT Nº 60/2021	8518293-45.2021.8.06.0000
4	CT Nº 50/2021	8515069-02.2021.8.06.0000	4	CT Nº 35/2021	8512149-55.2021.8.06.0000
5	CT Nº 13/2022	8500800-21.2022.8.06.0000	5	CT Nº 19/2022	8503724-05.2022.8.06.0000
6	CT Nº 45/2022	8515769-41.2022.8.06.0000	6	CT Nº 06/2022	8522799-64.2021.8.06.0000
7	CT Nº 50/2022	8517500-72.2022.8.06.0000	7	CT Nº 09/2022	8502752-35.2022.8.06.0000
8	CT Nº 52/2022	8520430-63.2022.8.06.0000	8	CT Nº 15/2022	8502917-82.2022.8.06.0000
9	CT Nº 44/2022	8511518-77.2022.8.06.0000	9	CT S/N/2022	8500206-55.2021.8.06.0254
10	CT Nº 41/2022	8515488-85.2022.8.06.0000	10	CT Nº 23/2022	8507277-60.2022.8.06.0000
11	CT Nº 65/2022	8523525-04.2022.8.06.0000	11	CT Nº 26/2022	8507379-82.2022.8.06.0000
12	CT Nº 66/2022	8516902-21.2022.8.06.0000	12	CT Nº 34/2022	8511906-77.2022.8.06.0000
13	CT Nº 64/2022	8519081-25.2022.8.06.0000	13	CT Nº 42/2022	8516551-48.2022.8.06.0000
14	CT Nº 61/2022	8517587-63.2022.8.06.0000	14	CT Nº 63/2022	8522270.11.2022.8.06.0000
15	CT Nº 67/2022	8519084-77.2022.8.06.0000	15	CT Nº 39/2022	8513148-71.2022.8.06.0000
16	CT Nº 01/2023	8522186-10.2022.8.06.0000	16	CT Nº 55/2022	8523296-44.2022.8.06.0000
17	CT Nº 02/2023	8522209-53.2022.8.06.0000	17	CT Nº 68/2022	8523742-47.2022.8.06.0000
18	CT Nº 04/2023	8524336-61.2022.8.06.0000	18	CT Nº 03/2023	8523640-25.2022.8.06.0000
19	CT Nº 168/2022	8500272-84.2022.8.06.0000	19	CT Nº 04/2023	8517880-80.2022.8.06.0000
20	CT Nº 192/2022	8500273-69.2022.8.06.0000		-	-
21	CT Nº 279/2022	8512869-22.2021.8.06.0000		-	-
22	CT Nº 52/2022	8520430-63.2022.8.06.0000		-	-
23	CT Nº 60/2022	8524356-52.2022.8.06.0000		-	-

Fonte: Planilha COPECON, Processo Administrativo 8512532-62.2023.8.06.0000

3. FUNDOS ESPECIAIS DE NATUREZA CONTÁBIL

3.1 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – FERMOJU

Instituído pela Lei 11.891/1991, o Fermoju, a partir de 2010, passou a ser regido pela Lei Estadual nº 14.605/10, combinado com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 14.916/11.

Informa-se que o Fermoju não possui quadro próprio de pessoal. Nesse diapasão, a Lei nº 14.605/2010, art. 2º, parágrafo único, proíbe, por conta do Fundo, o pagamento de

despesas de custeio previstas na folha normal dos servidores, comissionados e magistrados do 1º e 2º graus do judiciário cearense.

De outro modo, o art. 11 da norma supradita, determina que os bens adquiridos com recursos do Fermoju sejam incorporados diretamente ao patrimônio do Poder Judiciário, por meio da Guia de Lançamento ou outro documento apropriado, destarte, ficam registrados no ativo não circulante do Balanço Patrimonial do Tribunal de Justiça.

3.1.1 Das Fontes de Recursos

O Fermoju tem como fontes de receitas os recursos da venda de selos de autenticidade (fonte 29), recursos diretamente arrecadados (fonte 70), incluindo 90% do *spread* dos precatórios judiciais auferidos pelo Funseg – Provimento nº 12/2017.

Os recursos financiadores provêm de taxa judiciária; parte das custas judiciais dos cartórios e emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos; taxas de realizações de cursos e outros eventos; saldos de exercícios financeiros anteriores; créditos consignados; produto da remuneração de aplicações financeiras; subvenções, doações e auxílios recebidos; outras eventuais; de acordo com o estabelecido no art. 3º da Lei nº 14.605/2010., além das receitas da venda dos selos de autenticidade.

Informe-se que em 2022 houve suplementação de 27% de Recursos Diretamente Arrecadados em comparação ao orçamento inicial e 15% de Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade.

3.1.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

O nível de alteração orçamentária da despesa representou um acréscimo de 24,38% para o orçamento replanejado em 2022. A execução das despesas diretas com custeio representaram 83,45% do total das despesas empenhadas e as despesas diretas com Investimentos retrataram 16,55% do referido total.

O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 15,80% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.

Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” serão pagas com as disponibilidades de caixa do Fermoju e que, quanto menor for o índice de Restos a Pagar inscritos, melhor o equilíbrio orçamentário.

Tabela 13 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – FERMOJU					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 17.860/21)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	159.500.000,00		169.092.304,00		274.625.773,25
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	159.500.000,00	198.385.060,34	186.138.821,53	158.302.237,22	156.731.935,67
Despesas Correntes	146.970.208,00	163.761.623,69	155.325.113,89	144.240.292,28	142.708.848,21
Pessoal e Encargos Sociais (h)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (i)	146.970.208,00	163.761.623,69	155.325.113,89	144.240.292,28	142.708.848,21
Despesas de Capital	12.529.792,00	34.623.436,65	30.813.707,64	14.061.944,94	14.023.087,46
Investimentos (j)	12.529.792,00	34.623.436,65	30.813.707,64	14.061.944,94	14.023.087,46
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	38.885.060,34	Superávit	88.486.951,72	27.836.584,31	1.570.301,55
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	24,38%		Despesas Direta com Custeio (i/e)	83,45%	
Resultado Orçamentário (b/e)	147,54%		Despesas Direta com Investimento (j/e)	16,55%	
Execução da Receita (b/a)	0,00%		Despesas Pagas (g/e)	84,20%	
Execução da Despesa (e/d)	93,83%		Restos a Pagar Não Processados (m/e)	14,95%	
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	0,00%		Restos a Pagar Processados (n/e)	0,84%	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

De acordo com o quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, pôde-se depreender que o total de ingressos foram superiores em 48,61% do total dos dispêndios.

O total da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, difere em 4.900,00 com a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registrados no Balanço Patrimonial. O valor referenciado diz respeito a direito a receber registrado no ativo do Balanço Patrimonial do exercício.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, condiz com o valor registrado na geração líquida de caixa e equivalente de caixa, resultado da soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Além disso, os restos a pagar apurados com base no Balanço Orçamentário equivalem aos valores inscritos no Balanço Financeiro. Ressalte-se que a disponibilidade financeira apresentou-se suficiente para atender às despesas inscritas em Restos a Pagar, cujo montante foi de R\$ 29.406.885,86, proveniente da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 255.964.173,78.

Tabela 14 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FERMOJU				
INGRESSOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Receita Orçamentária (I)	274.625.773,25	167.942.736,90	106.683.036,35	63,52%
Ordinária		166.340.377,48	-166.340.377,48	-%
Vinculada	274.625.773,25	1.602.359,42	273.023.413,83	-%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	0,00	-%
Para a Execução Orçamentária			0,00	-%
Independente de Execução Orçamentária			0,00	-%
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	34.306.081,65	44.520.094,47	-10.214.012,82	-%
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	27.836.584,31	20.683.472,02	7.153.112,29	-%
Inscrições de Restos a Pagar Processados	1.570.301,55	451.777,38	1.118.524,17	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	23.384.845,07	-18.485.649,28	-%
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	154.907.962,57	116.260.468,79	38.647.493,78	33,24%
Caixa e Equivalente de Caixa	154.028.183,54	115.333.101,10	38.695.082,44	33,55%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	879.779,03	927.367,69	-47.588,66	-5,13%
Total (V)= (I + II+ III + IV)	463.839.817,47	328.723.300,16	135.116.517,31	41,10%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Despesa Orçamentária (VI)	186.138.821,53	143.887.694,61	42.251.126,92	29,36%
Ordinária		143.887.694,61	-143.887.694,61	-100,00%
Vinculada	186.138.821,53		186.138.821,53	-%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	-%
Para a Execução Orçamentária			0,00	-%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	21.736.822,16	29.927.642,98	-8.190.820,82	-%
Restos a Pagar Não Processados	16.772.357,05	5.404.495,64	11.367.861,41	-%
Restos a Pagar Processados	65.269,32	26.975,80	38.293,52	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	24.496.171,54	-19.596.975,75	-%
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	255.964.173,78	154.907.962,57	101.056.211,21	65,24%
Caixa e Equivalente de Caixa	249.117.146,93	154.028.183,54	95.088.963,39	61,73%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.847.026,85	879.779,03	5.967.247,82	678,27%
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	463.839.817,47	328.723.300,16	135.116.517,31	41,10%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício apresentou-se superavitário, decorrente da diferença apurada entre o Ativo Financeiro (R\$ 255.964.173,78) e Passivo Financeiro (R\$ 32.256.489,70).

Outrossim, o resultado patrimonial computado no exercício de 2022 também foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 103.415.620,54). O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício (R\$ 103.415.620,54) mais Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (R\$ 155.497.655,23) e Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -5.263.598,65).

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, para cada R\$ 1,00 de obrigação o Fermoju dispôs de R\$ 106,12 para sua quitação. O de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, apenas 0,94% do ativo estavam comprometidos com as obrigações assumidas. E, para o de composição do endividamento, cujo percentual indica a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, 100% eram de curto prazo, ou seja, exigíveis em até 12 meses.

Tabela 15 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FERMOJU				
ATIVO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Ativo Circulante	256.062.683,78	100,00%	156.029.043,65	64,11%
Caixa e Equivalente de Caixa	249.117.146,93	97,29%	154.028.183,54	61,73%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.851.926,85	2,68%	896.379,03	664,40%
Estoque	93.610,00	0,04%	1.104.481,08	-%
Ativo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Imobilizado (1)	0,00	0,00%	0,00	-%
Intangível	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Ativo	256.062.683,78		156.029.043,65	64,11%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Passivo Circulante	2.413.006,66	0,94%	531.388,42	354,09%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	142.328,86	0,06%	78,80	180.520,38%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	806.392,46	0,31%	423.048,25	90,61%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	28,25	0,00%	0,00	-%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.464.257,09	0,57%	108.261,37	1.252,52%
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00%	0,00	
Total do Passivo	2.413.006,66	0,94%	531.388,42	354,09%
Patrimônio Líquido (PL)	253.649.677,12	99,06%	155.497.655,23	63,12%
Total Passivo + PL	256.062.683,78		156.029.043,65	64,11%
BALANÇO PATRIMONIAL INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
1. Composição da conta Imobilizado 2022			0,00	
Bens Móveis			0,00	
Bens Imóveis			0,00	
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas			0,00	
2. Resultado Financeiro 2022			223.707.684,08	
Ativo Financeiro			255.964.173,78	
Passivo Financeiro			32.256.489,70	
3. Atos Potenciais 2022				
Ativos			0,00	
Passivos (Obrigações Contratuais)			297.700.409,71	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superávit patrimonial de R\$ 103.415.620,54 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pela arrecadação de emolumentos e custas judiciais, e a venda de selos de autenticidade. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nas saídas para pagamentos de despesas de serviços em geral, tais como despesas com água e esgoto, limpeza e conservação, energia elétrica, tecnologia da informação, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis etc.

O Resultado Patrimonial comparativamente ao período anterior apresentou um acréscimo de 126,97% em relação à 2021, impulsionado pela elevação das Variações

Patrimoniais Quantitativas Aumentativas Financeiras (Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras) e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, já discriminados em Notas Explicativas.

Tabela 16 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FERMOJU				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	196.208.438,15	71,45%	145.851.305,41	34,53%
Taxas	196.208.438,15	71,45%	145.851.305,41	34,53%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.600.259,77	0,58%	2.513.222,71	-36,33%
Venda de Mercadorias	495,00	0,00%	14,31	3.359,12%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.599.764,77	0,58%	2.513.208,40	-36,35%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	23.654.734,44	8,61%	5.644.989,01	319,04%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	-%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	23.654.734,44	8,61%	5.644.989,01	319,04%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.129.272,49	0,41%	0,00	-%
Transferências Intragovernamentais	1.129.272,49	0,41%	0,00	-%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	757,27	0,00%	0,00	-%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	757,27	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	52.033.068,40	18,95%	13.933.803,27	273,43%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	52.033.068,40	18,95%	13.933.803,27	273,43%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	274.626.530,52	100,00%	167.943.320,40	63,52%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00%	0,00	-%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00%	0,00	-%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	116.450.558,49	68,02%	89.123.755,84	30,66%
Uso de Material de Consumo	212.315,00	0,12%	1.030.875,04	-79,40%
Utilização de Serviços	116.238.243,49	67,89%	88.092.880,80	31,95%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4,74	0,00%	7.859,90	-99,94%
Juros e Encargos de Mora	4,74	0,00%	7.859,90	-99,94%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.664.764,32	14,99%	7.977.090,10	221,73%
Transferências Intragovernamentais	25.664.764,32	14,99%	7.977.090,10	221,73%
TRIBUTÁRIAS	665.002,98	0,39%	279.611,04	137,83%
Impostos, Taxas Contribuições de Melhoria	52.664,44	0,03%	51.842,58	1,59%
Contribuições	612.338,54	0,36%	227.768,46	168,84%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	140.564,22	0,08%	359.563,70	-60,91%
Custo das Mercadorias Vendidas	140.564,22	0,08%	359.563,70	-60,91%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	28.290.015,23	16,52%	24.631.023,58	14,86%
Premiações	9.647,80	0,01%	1.985,00	386,04%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	28.280.367,43	16,52%	24.629.038,58	14,83%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	171.210.909,98	100,00%	122.378.904,16	39,90%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	103.415.620,54		45.564.416,24	126,97%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida positiva maior em comparação ao ano de 2021, alavancada pelos resultados dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimentos, que, também, apresentaram-se maiores comparativamente ao ano anterior.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$ 95.088.963,39.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representaram entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

A diferença apurada na conciliação contábil-financeira foi resultado de saídas de caixa a regularizar e regularizadas em 2022, representativas de despesas pertinentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, evidenciadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Fermoju.

Tabela 17 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - FERMOJU			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL (EVOLUÇÃO)
Ingressos	279.519.767,49	189.725.222,55	47,33%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	196.208.438,15	145.851.305,41	34,53%
Receita Patrimonial	577.951,04	657.379,96	-12,08%
Receita de Serviços	1.022.308,73	780.889,97	30,92%
Remuneração das Disponibilidades	23.654.734,44	5.644.989,01	319,04%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	53.157.139,34	13.405.813,13	296,52%
Transferências recebidas	0,00	0,00	-%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	4.899.195,79	23.384.845,07	-79,05%
Desembolsos	147.608.044,00	144.399.952,11	2,22%
Pessoal e Demais Despesas	142.708.848,21	119.951.369,23	18,97%
Transferências concedidas	0,00	0,00	-%
Outros desembolsos operacionais	<u>4.899.195,79</u>	<u>24.448.582,88</u>	-79,96%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	131.911.723,49	45.325.270,44	191,03%
Ingressos	5.201,55	1.602.359,42	-99,68%
Alienação de Bens	5.201,55	1.602.359,42	-99,68%
Desembolsos	14.023.087,46	8.232.547,42	70,34%
Aquisição de Ativo Não Circulante	12.302.239,80	4.864.284,17	152,91%
Outros desembolsos de investimentos	<u>1.720.847,66</u>	<u>3.368.263,25</u>	-48,91%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-14.017.885,91	-6.630.188,00	111,43%
Ingressos	0,00	0,00	-%
Desembolsos	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00	-%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	117.893.837,58	38.695.082,44	204,67%
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	154.028.183,54	115.333.101,10	33,55%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	249.117.146,93	154.028.183,54	61,73%
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	95.088.963,39	38.695.082,44	145,74%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	5.967.247,82	0,00	-%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	218.708.667,65	0,00	-%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	212.741.419,83	0,00	-%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	101.056.211,21	38.695.082,44	161,16%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

3.2 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG

A Lei nº 15.145/2012 dispõe que o Funseg tem por objetivo gerir recursos financeiros visando subsidiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, assim como a estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados. Portanto, os recursos pertinentes ao Fundo serão aplicados em construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual; manutenção, formação, aperfeiçoamento e especialização de serviços de segurança; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais; participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades; além de atividades relativas à sua própria gestão.

Cumprir informar que o Funseg não possui quadro próprio de pessoal. Nesse diapasão, a Lei nº 15.145/2012, art. 3º, inciso VI, veda a aplicação de seus recursos para custear despesas de servidores já remunerados pelos cofres públicos. De outro modo, o art. 8º da norma supradita, determina que os bens adquiridos com recursos do Funseg sejam incorporados ao patrimônio do Judiciário cearense.

3.2.1 Das Fontes de Recursos

O Funseg tem como fonte os recursos diretamente arrecadados (fonte 70), cujas verbas financiadoras provêm de arrecadações (3% do realizado) de emolumentos e custas judiciais e (20% do realizado) de aluguéis referente à utilização de instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual, ambas efetuadas por meio de guia do Fermoju repassadas ao Fundo em epígrafe; 10% dos rendimentos obtidos a título de *spread* de contas de precatórios judiciais (Provimento nº 12/2017); e dos rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas.

3.2.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

O replanejamento orçamentário representou um acréscimo de 10,28% no orçamento inicial previsto para 2022, sendo os créditos suplementares abertos em decorrência da existência de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior.

A execução das despesas diretas com custeio representaram 26,20% do total das despesas empenhadas e as despesas diretas com Investimentos retrataram 73,80% do referido total, logo apresentaram coerência com a natureza do Fundo.

O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 25,92% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.

Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” serão pagas com as disponibilidades de caixa do Funseg e que, quanto menor for o índice de Restos a Pagar inscritos, melhor o equilíbrio orçamentário.

Tabela 18 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – FUNSEG					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 17.860/21)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 3.551.006,00		R\$ 3.551.006,00		R\$ 6.651.090,81
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	3.551.006,00	3.916.006,00	2.103.179,75	1.577.257,02	1.558.139,12
Despesas Correntes	690.396,00	690.396,00	551.061,97	482.426,35	482.426,35
Pessoal e Encargos Sociais (h)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (i)	690.396,00	690.396,00	551.061,97	482.426,35	482.426,35
Despesas de Capital	2.860.610,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.094.830,67	1.075.712,77
Investimentos (j)	2.860.610,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.094.830,67	1.075.712,77
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	365.000,00	Superávit	4.547.911,06	525.922,73	19.117,90

INDICADORES DE DESEMPENHO			
Alteração Orçamentária (k/c)	10,28%	Despesas Direta com Custeio (i/e)	26,20%
Resultado Orçamentário (b/e)	316,24%	Despesas Direta com Investimento (j/e)	73,80%
Execução da Receita (b/a)	0,00%	Despesas Pagas (g/e)	74,08%
Execução da Despesa (e/d)	53,71%	Restos a Pagar Não Processados (m/e)	25,01%
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	0,00%	Restos a Pagar Processados (n/e)	0,91%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

O quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, evidenciou que o total de ingressos foram superiores em 61,61% do total dos dispêndios.

O total da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, condizem com a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registrados no Balanço Patrimonial.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, condiz com o valor registrado na geração líquida de caixa e equivalente de caixa, resultado da soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Além disso, os restos a pagar apurados com base no Balanço Orçamentário equivalem aos valores inscritos no Balanço Financeiro. Ressalte-se que a disponibilidade financeira apresentou-se suficiente para atender às despesas inscritas em Restos a Pagar, cujo montante foi de R\$ 545.040,63, proveniente da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 20.642.913,57.

Tabela 19 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FUNSEG				
INGRESSOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Receita Orçamentária (I)	6.651.090,81	3.423.939,57	3.227.151,24	94,25%
Ordinária	0,00	3.423.939,57	-3.423.939,57	-100,00%
Vinculada	6.651.090,81	0,00	6.651.090,81	-%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	0,00	-%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	-%
Independente de Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	-%
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	6.443.512,58	1.372.001,57	5.071.511,01	369,64%
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	525.922,73	124.841,96	401.080,77	321,27%
Inscrições de Restos a Pagar Processados	19.117,90	0,00	19.117,90	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.898.471,95	1.247.159,61	4.651.312,34	372,95%
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	15.651.112,08	18.856.528,10	-3.205.416,02	-17,00%
Caixa e Equivalente de Caixa	15.651.112,08	18.856.528,10	-3.205.416,02	-17,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	-%
Total (V)= (I + II+ III + IV)	28.745.715,47	23.652.469,24	5.093.246,23	21,53%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Despesa Orçamentária (VI)	2.103.179,75	941.746,20	1.161.433,55	123,33%
Ordinária	0,00	941.746,20	-941.746,20	-100,00%
Vincunlada	2.103.179,75	0,00	2.103.179,75	-%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	-%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	-%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	5.999.622,15	7.059.610,96	-1.059.988,81	-15,01%
Restos a Pagar Não Processados	101.150,20	5.812.451,35	-5.711.301,15	-98,26%
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.898.471,95	1.247.159,61	4.651.312,34	372,95%
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	20.642.913,57	15.651.112,08	4.991.801,49	31,89%
Caixa e Equivalente de Caixa	20.642.913,57	15.651.112,08	4.991.801,49	31,89%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	-%
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	28.745.715,47	23.652.469,24	5.093.246,23	21,53%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício apresentou-se superavitário, decorrente da diferença apurada entre o Ativo Financeiro (R\$ 20.642.913,57) e Passivo Financeiro (R\$ 619.451,05).

Outrossim, o resultado patrimonial computado no exercício de 2022 também foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 5.030.093,33). O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício (R\$ 5.030.093,33) mais Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (R\$ 15.651.112,08) e Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -57.409,74).

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, para cada R\$ 1,00 de obrigação o Funseg dispôs de R\$ 1.079,77 para sua quitação. O de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, apenas 0,09% do ativo estavam comprometidos com as obrigações assumidas. E, para o de composição do endividamento, cujo percentual indica a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, 100% eram de curto prazo, ou seja, exigíveis em até 12 meses.

Tabela 20 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FUNSEG				
ATIVO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Ativo Circulante	20.642.913,57	100,00%	15.651.112,08	31,89%
Caixa e Equivalente de Caixa	20.642.913,57	100,00%	15.651.112,08	31,89%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	-%
Estoque	0,00	0,00%	0,00	-%
Ativo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Imobilizado (1)	0,00	0,00%	0,00	-%
Intangível	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Ativo	20.642.913,57	100,00%	15.651.112,08	31,89%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Passivo Circulante	19.117,90	0,09%	0,00	-%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.879,39	0,04%	0,00	-%
Demais Obrigações a Curto Prazo	11.238,51	0,05%	0,00	-%
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Passivo	19.117,90	0,09%	0,00	-%
Patrimônio Líquido (PL)	20.623.795,67	99,91%	15.651.112,08	31,77%
Total Passivo + PL	20.642.913,57	100,00%	15.651.112,08	31,89%
BALANÇO PATRIMONIAL - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:				
1. Composição da conta Imobilizado 2022			0,00	
Bens Móveis			0,00	
Bens Imóveis			0,00	
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas			0,00	
2. Resultado Financeiro 2022			20.023.462,52	
Ativo Financeiro			20.642.913,57	
Passivo Financeiro			619.451,05	
3. Atos Potenciais 2022				
Ativos			0,00	
Passivos (Obrigações Contratuais)			1.477.528,37	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superávit patrimonial de R\$ 5.030.093,33 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas pela arrecadação de emolumentos e custas judiciais, receitas de aluguéis e aplicações financeiras. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se, sobretudo, nos lançamentos devedores na conta Transferência Concedida de Investimento de Capital a Incorporar – Intra, que representaram as saídas decorrentes da desincorporação dos bens de capital financiados com recursos do Funseg.

O Resultado Patrimonial comparativamente ao período anterior apresentou um acréscimo de 257,68% em relação à 2021, impulsionado pela elevação das Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas Financeiras (Remuneração de Depósitos Bancários

e Aplicações Financeiras) e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, cujo saldo constituiu-se pelas contas Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais (R\$6.553.857,73) e Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ - 5.898.471,95), concernente ao repasse da parcela do rendimento de spread de precatórios que pertencem ao Fermoju.

Tabela 21 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FUNSEG				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.900.654,88	58,65%	2.564.854,34	52,08%
Taxas	3.900.654,88	58,65%	2.564.854,34	52,08%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	183.184,28	2,75%	125.363,83	46,12%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	-%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	183.184,28	2,75%	125.363,83	46,12%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.911.865,87	28,75%	627.277,50	204,79%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	-%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.911.865,87	28,75%	627.277,50	204,79%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00%	0,00	-%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	-%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	655.385,78	9,85%	106.443,90	515,71%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	655.385,78	9,85%	106.443,90	515,71%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.651.090,81		3.423.939,57	94,25%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00%	0,00	-%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00%	0,00	-%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	415.943,46	25,66%	421.989,92	-1,43%
Utilização de Serviços	415.943,46	25,66%	421.989,92	-1,43%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00%	0,00	-%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.205.054,02	74,34%	6.192.002,39	-80,54%
Transferências Intragovernamentais	1.205.054,02	74,34%	6.192.002,39	-80,54%
TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00%	0,00	-%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00%	0,00	-%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.620.997,48		6.613.992,31	-75,49%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.030.093,33		-3.190.052,74	257,68%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida positiva maior em comparação ao ano de 2021, alavancada pelos resultados dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimentos, que, também, apresentaram-se maiores comparativamente ao ano anterior.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$ 4.991.801,49.

Tabela 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – FUNSEG			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL (EVOLUÇÃO)
Ingressos	12.549.562,76	4.671.099,18	168,66%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.900.654,88	2.564.854,34	52,08%
Receita Patrimonial	183.184,28	125.363,83	46,12%
Remuneração das Disponibilidades	1.911.865,87	627.277,50	204,79%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	655.385,78	106.443,90	515,71%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	5.898.471,95	1.247.159,61	372,95%
Desembolsos	6.380.898,30	1.684.512,81	278,80%
Pessoal e Demais Despesas	482.426,35	437.353,20	10,31%
Transferências concedidas	0,00	0,00	-%
Outros desembolsos operacionais	5.898.471,95	1.247.159,61	372,95%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	6.168.664,46	2.986.586,37	106,55%

Ingressos	0,00	0,00	-%
Desembolsos	1.075.712,77	6.192.002,39	-82,63%
Aquisição de Ativo Não Circulante	939.059,43	6.192.002,39	-84,83%
Outros desembolsos de investimentos	136.653,34	0,00	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-1.075.712,77	-6.192.002,39	82,63%
Ingressos	0,00	0,00	-%
Desembolsos	0,00	0,00	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00	-%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	5.092.951,69	-3.205.416,02	258,89%
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	15.651.112,08	18.856.528,10	-17,00%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	20.642.913,57	15.651.112,08	31,89%
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	4.991.801,49	-3.205.416,02	255,73%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	0,00	0,00	-%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	0,00	0,00	-%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	0,00	0,00	-%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	4.991.801,49	-3.205.416,02	255,73%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

3.3 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – FECDOJ

A portaria da Presidência nº 1.208/2017, que regulamentou o Fecdoj, instituiu o Conselho Gestor do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça, competindo-o acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos do Fundo; analisar e aprovar a proposta orçamentária para o custeio integral das despesas de diligências, bem como contabilizar a integralidade dos mandados cumpridos; propor medidas para fiscalização e melhoria da arrecadação dos valores necessários ao ressarcimento das referidas despesas; sugerir convênios a serem firmados pelo Tribunal de Justiça com outras entidades para o custeio integral das despesas em comento.

3.3.1 Das Fontes de Recursos

O Fecdoj tem como fonte de receitas recursos ordinários (fonte 00) e diretamente arrecadados (fonte 70), especificada no art. 4º da Lei nº 16.273/2017, cujas verbas

financiadoras advêm de créditos consignados no orçamento do Poder Judiciário e em leis específicas; créditos provenientes de convênios realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública, cujo objeto seja o repasse de valores para o custeio das despesas com o cumprimento de mandados provenientes de ações abrangidas pela isenção de despesas processuais e beneficiários da justiça gratuita; o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo; o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo; e 100% da arrecadação do Ressarcimento de Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3.3.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

Os recursos da fonte 00 repassados por transferências intragovernamentais têm a contabilização da receita executada pela SEFAZ, na qualidade de órgão arrecadador. Os recursos da fonte 70, decorrentes das despesas com diligências de oficiais de justiça, são recursos diretamente arrecadados.

Destarte, averiguou-se que a execução orçamentária concentrou-se em Outras Despesas Correntes e o resultado orçamentário foi deficitário, não representando, portanto, irregularidade.

Tabela 23 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – FECDOJ			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 17.860/21)			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 2.759.265,00	R\$ 3.759.265,00	R\$ 4.532.914,39

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	R\$ 10.313.153,00	R\$ 16.133.943,00	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69
Despesas Correntes	R\$ 10.313.153,00	R\$ 16.133.943,00	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69
Pessoal e Encargos Sociais (h)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes (i)	R\$ 10.313.153,00	R\$ 16.133.943,00	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69	R\$ 14.507.075,69
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	R\$ 5.820.790,00	Déficit	-9.974.161,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	56,44%		Despesas Direta com Custeio (i/e)	100,00%	
Resultado Orçamentário (b/e)	31,25%		Despesas Direta com Investimento (j/e)	0,00%	
Execução da Receita (b/a)	120,58%		Despesas Pagas (g/e)	100,00%	
Execução da Despesa (e/d)	89,92%		Restos a Pagar Não Processados (m/e)	0,00%	
Despesas Diretas com Pessoal (h/e)	0,00%		Restos a Pagar Processados (n/e)	0,00%	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

O quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, evidenciou que o total de ingressos foram inferiores em R\$ 5,96% do total dos dispêndios.

O total da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, condizem com a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registrados no Balanço Patrimonial.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, condiz com o valor registrado na Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, resultado da soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 24 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FECDOJ				
INGRESSOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Receita Orçamentária (I)	4.532.914,39	2.773.803,00	1.759.111,39	63,42%
Ordinária	0,00	2.773.803,00	-2.773.803,00	-100,00%
Vinculada	4.532.914,39	0,00	4.532.914,39	-%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	10.723.645,91	6.757.021,72	3.966.624,19	58,70%
Para a Execução Orçamentária	10.723.645,91	6.757.021,72	3.966.624,19	58,70%
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	114.912,05	0,00	114.912,05	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	114.912,05	0,00	114.912,05	-%
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	680.040,92	559.402,97	120.637,95	21,57%
Caixa e Equivalente de Caixa	669.223,48	551.658,52	117.564,96	21,31%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.817,44	7.744,45	3.072,99	39,68%
Total (V)= (I + II+ III + IV)	16.051.513,27	10.090.227,69	5.961.285,58	59,08%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
Itens	Exercício 2022	Exercício 2021	Análise Horizontal	
Despesa Orçamentária (VI)	14.507.075,69	9.295.274,72	5.211.800,97	56,07%
Ordinária	0,00	9.295.274,72	-9.295.274,72	-100,00%
Vinculada	14.507.075,69	0,00	14.507.075,69	-%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	-%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	0,00	114.912,05	-114.912,05	-%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	114.912,05	-114.912,05	-%
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.544.437,58	680.040,92	864.396,66	127,11%
Caixa e Equivalente de Caixa	1.522.988,36	669.223,48	853.764,88	127,58%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	21.449,22	10.817,44	10.631,78	98,28%
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	16.051.513,27	10.090.227,69	5.961.285,58	59,08%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício apresentou-se superavitário (R\$ 1.544.437,58), visto que o Fundo não registrou Passivo Financeiro no exercício.

Outrossim, o resultado patrimonial computado no exercício de 2022 também foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais. O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício (R\$ 864.396,66) mais Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (R\$ 794.952,97) e Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -114.912,05).

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, e o de composição do endividamento, informe-se que o Fundo não apresentou nenhum registro no Passivo para o exercício financeiro de 2022.

Tabela 25 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FECDOJ				
ATIVO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Ativo Circulante	1.544.437,58	100,00%	794.952,97	94,28%
Caixa e Equivalente de Caixa	1.522.988,36	98,61%	669.223,48	127,58%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	21.449,22	1,39%	10.817,44	98,28%
Estoque	0,00	0,00%	0,00	-%
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00%	114.912,05	-%
Ativo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Imobilizado (1)	0,00	0,00%	0,00	-%
Intangível	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Ativo	1.544.437,58		794.952,97	94,28%
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Itens	Exercício 2022	Análise Vertical	Exercício 2021	Análise Horizontal
Passivo Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	-%
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	-%
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00%	0,00	-%
Total do Passivo	0,00	0,00%	0,00	-%
Patrimônio Líquido (PL)	1.544.437,58	100,00%	794.952,97	94,28%
Total Passivo + PL	1.544.437,58		794.952,97	94,28%

BALANÇO PATRIMONIAL – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
1. Composição da conta Imobilizado 2022	0,00
Bens Móveis	0,00
Bens Imóveis	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	0,00
2. Resultado Financeiro 2022	1.544.437,58
Ativo Financeiro	1.544.437,58
Passivo Financeiro	0,00
3. Atos Potenciais 2022	
Ativos	0,00
Passivos (Obrigações Contratuais)	0,00

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superávit patrimonial de R\$ 864.396,66 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas pela arrecadação de Emolumentos e Custas Judiciais (diligências de oficiais de justiça), Transferências Recebidas para Execução Orçamentária (repasso recebido) e aplicações financeiras. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nos pagamentos de Indenizações.

O Resultado Patrimonial comparativamente ao período anterior apresentou um acréscimo de 265,57% em relação à 2021, impulsionado pela elevação das Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas, que se mostrou maior que a ascensão das Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas.

Tabela 26 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FECDOJ				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.380.356,14	28,71%	2.754.604,73	59,02%
Taxas	4.380.356,14	28,71%	2.754.604,73	59,02%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	0,00%	0,00	-%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	-%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00%	0,00	-%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	152.558,25	1,00%	19.198,27	694,65%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	-%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	152.558,25	1,00%	19.198,27	694,65%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	10.723.645,91	70,29%	6.757.021,72	58,70%
Transferências Intragovernamentais	10.723.645,91	70,29%	6.757.021,72	58,70%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	-%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00%	0,00	-%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.256.560,30		9.530.824,72	60,08%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	Exercício 2022	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2021	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00%	0,00	-%
Remuneração a Pessoal	0,00	0,00%	0,00	-%
Encargos Patronais	0,00	0,00%	0,00	-%
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00%	0,00	-%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	0,00	0,00%	0,00	-%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00%	0,00	-%
Pensões	0,00	0,00%	0,00	-%
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00%	0,00	-%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00%	0,00	-%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00%	0,00	-%
Uso de Material de Consumo	0,00	0,00%	0,00	-%
Utilização de Serviços	0,00	0,00%	0,00	-%
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00%	0,00	-%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	-%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00%	0,00	-%
TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Impostos, Taxas Contribuições de Melhoria	0,00	0,00%	0,00	-%
Contribuições	0,00	0,00%	0,00	-%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00%	0,00	-%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.392.163,64	100,00%	9.294.374,72	54,85%
Premiações	0,00	0,00%	0,00	-%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.392.163,64	100,00%	9.294.374,72	54,85%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.392.163,64		9.294.374,72	54,85%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	864.396,66		236.450,00	265,57%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida superior em 222,39% em comparação ao ano de 2021.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$ 853.764,88.

Tabela 27 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – FECDOJ			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ANÁLISE HORIZONTAL (EVOLUÇÃO)
Ingressos	15.256.560,30	9.530.824,72	60,08%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.380.356,14	2.754.604,73	59,02%
Remuneração das Disponibilidades	152.558,25	19.198,27	694,65%
Transferências recebidas	10.723.645,91	6.757.021,72	58,70%
Desembolsos	14.507.075,69	9.298.347,71	56,02%
Pessoal e Demais Despesas	14.507.075,69	9.295.274,72	56,07%
Outros desembolsos operacionais	0,00	3.072,99	-100,00%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	749.484,61	232.477,01	222,39%
Ingressos	0,00	0,00	-%
Desembolsos	0,00	0,00	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	0,00	0,00	-%
Ingressos	0,00	0,00	-%
Desembolsos	0,00	0,00	-%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	0,00	0,00	-%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	749.484,61	232.477,01	222,39%
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	669.223,48	551.658,52	21,31%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.522.988,36	669.223,48	127,58%
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	853.764,88	117.564,96	626,21%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	-104.280,27	114.912,05	-190,75%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	4.395.125,12	114.912,05	3724,77%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	4.499.405,39	0,00	-%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	749.484,61	232.477,01	222,39%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, esta Unidade de Auditoria Interna considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fortaleza, 21 de julho de 2023.

Rômulo Pinheiro Ribeiro
Auditor-chefe